



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Apresentação: 07/07/2021 14:35 - Mesa

PL n.2482/2021

de polícia, fórum ou outro prédio público que componha a estrutura de segurança.

§2º. O uso das algemas também poderá ser feito em qualquer situação que exija do policial a retomada de controle de uma ocorrência, incluindo abordagens para busca pessoal, cumprimento de mandado de busca e apreensão e mandado de prisão, bem como para transporte de pessoas ou em pessoas que estão em cena de crime para averiguação.

§3º. O uso de algemas pode ser feito independentemente do cargo ocupado pela pessoa detida, desde que observada a necessidade de justificação e proporcionalidade que consta desta Lei.

Art. 2º. Em todos os casos que envolvem o uso de algemas, as justificativas técnicas da doutrina policial devem estar contempladas.

§1º. O agente público deverá justificar, oralmente para o próprio algemado e para eventuais testemunhas, a razão pela qual fez o uso de tal equipamento, demonstrando o risco aos envolvidos na ocorrência, risco de fuga, contenção de escalada de violência ou tomada de controle de uma situação adversa e hostil aos policiais ou a terceiros.

§2º. O uso de algemas não será utilizado com a finalidade de constranger o detido, em especial perante a imprensa.

Art. 3º. O uso de algemas por seguranças particulares será disciplinado por ato normativo da Polícia Federal.



* C D 2 1 5 0 2 4 4 5 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Apresentação: 07/07/2021 14:35 - Mesa

PL n.2482/2021

Art. 4º. Nos atos processuais, cabe ao magistrado, exclusivamente, determinar a imposição do uso de algemas, por meio de decisão fundamentada.

Art. 5º. Nos procedimentos de investigação presididos pelo Ministério Público, o membro do Ministério Público responsável pelo ato poderá determinar a imposição do uso de algemas, de forma fundamentada.

Art. 6º. O eventual uso indevido de algemas não invalidará a prisão em flagrante delito ou outros atos policiais ou judiciais, mas o agente público responderá administrativamente por eventuais excessos que extrapolem a doutrina técnica.

Art. 7º. As corporações mencionadas no art. 1º desta Lei, o Poder Judiciário e o Ministério Público disciplinarão, no âmbito de suas competências, o uso de algemas pelos seus membros, a fim de coibir excessos e sancionar agentes que ajam de maneira incompatível com o procedimento técnico-policia e a proporcionalidade.

Art. 8º. A Lei 13.869 de 2019 passa a vigor acrescida do art. 38-A:

“Art. 38-A. Determinar o uso de algemas, fora das hipóteses legais e regulamentares ou com a finalidade de constranger o detido.
Pena: Detenção, de um a dois anos.



* C D 2 1 5 0 2 4 4 5 5 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Parágrafo único. A pena aumenta-se pela metade se há exposição pública ou pela imprensa do detento algemado.”

Art. 9º. Fica revogado o art. 199 da Lei 7.210 de 1984.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

KIM KATAGUIRI
Deputado Federal (DEM-SP)

Justificação

O presente projeto de lei visa regulamentar o uso de algemas. Atualmente, o tema é tratado de forma secundária pela lei de execução penal, que determina que a regulamentação se dará por decreto.

O uso de algema é importante para garantir a segurança dos policiais e dos detentos. Cumpre lembrar que, a partir do momento que uma pessoa é detida, o Estado torna-se responsável pela sua segurança.

O regramento do uso das algemas de forma objetiva é necessário para impedir situações em que há excesso de subjetivismo. É importante ressaltar que é a doutrina policial, de caráter técnico-científico, que estuda as ocasiões em que se deve ou





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

não algemar e de que forma as algemas devem ser usadas. Assim, é preciso que a lei abra certa margem para que os policiais que conduzem a ocorrência decidam sobre o uso de algema. Obviamente, também deve haver um regramento para impedir o uso espetaculoso das algemas, como algumas vezes ocorreu. Assim, caso haja algum abuso, os órgãos correcionais e os órgãos de controle externo poderão punir o mau policial, sem prejuízo de eventual ação do prejudicado contra o Estado, a fim de responsabilizá-lo civilmente.

Peço aos eminentes colegas a aprovação deste PL.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2021.

KIM KATAGUIRI
Deputado Federal (DEM-SP)



Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 4º andar, gabinete 421
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiri
dep.kimkatguiri@camara.leg.br
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215024455500>
CEP 70160-900 - Brasília-DF

